

Economia criativa na relação entre trabalho e cultura para a juventude

Creative economy between the work and culture for a youth

Carla Regina Silva¹, Marina Sanches Silvestrini², Ana Carolina da Silva Almeida Prado², Isadora Cardinalli³, Antonio Belforte Lavacca⁴, Débora Isabele de Vasconcelos⁵, Aline Zacchi Farias⁵, Marco Antonio Liu Targa Mancini⁶

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v29i2p120-128>

Silva CR, Silvestrini MS, Almeida Prado ACS, Cardinalli I, Lavacca AB, Vasconcelos DI, Farias AZ, Mancini MALT. Economia criativa na relação entre trabalho e cultura para a juventude. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2018 maio-ago.;29(2):120-8.

RESUMO: A racionalidade neoliberal produz reorientação do capitalismo que fomenta a precarização do trabalho, a responsabilização individual, o enfraquecimento do Estado, das políticas e dos direitos sociais. Com enfoque nas políticas culturais, a Economia Criativa e a profissionalização da criatividade têm sido universos de disputa discursiva e jogos de poderes que geram diversas dificuldades, mas também de resistências e estratégias. Este trabalho apresenta resultados de um programa universitário de Terapia Ocupacional no campo da Cultura, cujo objetivo foi compreender os processos de profissionalização de jovens no campo da cultura. Para tanto, foram realizados mapeamentos para identificação dos jovens (18 a 29 anos), trabalhadores no campo da cultura e atuantes no município no qual foi desenvolvida a pesquisa. Posteriormente, foram realizadas entrevistas com foco na identificação dos processos de trabalho, suas dificuldades e potências. Em seguida foram realizados encontros formativos abertos para os interessados. Por meio de seus relatos, foi possível verificar que o trabalho está submetido à precarização, flexibilização, individualização e mercadorização da cultura. Como estratégias de resistência os jovens artistas elaboram propostas buscando fortalecimento de redes, atividades colaborativas, significado e transformação social. Ressalta-se a necessidade de políticas culturais integradas entre as diferentes dimensões da cultura, a considerando como direito e intrínsecas aos processos de cidadania.

Descritores: Cultura; Trabalho; Economia; Terapia ocupacional; Adolescente; Adulto jovem.

Silva CR, Silvestrini MS, Almeida Prado ACS, Cardinalli I, Lavacca AB, Vasconcelos DI, Farias AZ, Mancini MALT. *Creative economy between the work and culture for a youth*. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2018 May-Aug.;29(2):120-8.

ABSTRACT: Neoliberal rationality produces a reorientation of capitalism that fosters labor precariousness, individual accountability, weakening of the State, politics and social rights. Focusing on cultural policies, the Creative Economy and the professionalization of creativity have been universes of discursive dispute and powers games that generate several difficulties, but also of resistances and strategies. This work presents results of a university program of Occupational Therapy in the field of Culture, whose objective was to understand the processes of professionalization of young people in the field of culture. For that, mapping was carried out to identify young people (18 to 29 years old), workers in the field of culture and active in the municipality where the research was carried out. Next, interviews were conducted focusing on the identification of work processes, their difficulties and potentials. Then there were training meetings open to stakeholders. Through their reports, it was possible to verify that the work is subject to the precarization, flexibilization, individualization and commodification of the culture. As strategies of resistance the young artists elaborate proposals seeking strengthening of networks, collaborative activities, meaning and social transformation. The need for integrated cultural policies between the different dimensions of culture is emphasized, considering them as rights and intrinsic to the processes of citizenship.

Keywords: Culture; Work; Economics; Occupational therapy; Adolescent; Young adult.

1. Doutora em Educação. Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar; Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional UFSCar. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7079-8340>. Email: carlars@ufscar.br.
 2. Terapeuta Ocupacional pela UFSCar, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar. ORCID: MS Silvestrini - <https://orcid.org/0000-0002-2696-6650>; ACSA Prado - <https://orcid.org/0000-0002-4964-0450>. Email: marinassilvestrini@gmail.com; almeidaprado.ahoto@gmail.com.
 3. Terapeuta Ocupacional pela UFSCar, Mestra e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8918-3162>. Email: isadora.cardinalli@gmail.com.
 4. Músico pela UFSCar, Mestre e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1063-3392>. Email: antonio.lavacca@gmail.com.
 5. Terapeuta Ocupacional pela UFSCar. ORCID: DI Vasconcelos - <https://orcid.org/0000-0001-7346-6061>; AZ Farias - <https://orcid.org/0000-0003-2231-2171>. Email: deboraisabele93@gmail.com; linezf10@gmail.com.
 6. Pedagogo pela UFSCar, artista circense. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3070-854X>. Email: marcoaltmm@gmail.com.
- Endereço para correspondência:** Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Terapia Ocupacional. Laboratório Atividades Humanas e Terapia Ocupacional - AHTO. Rodovia Washington Luis, km 235 - SP-310. São Carlos, SP, Brasil. CEP: 13565-905. Email: carlars@ufscar.br.

A racionalidade neoliberal e o trabalho

A década de 1970 foi marcada pela ascensão global e hegemônica do neoliberalismo, resultado de um processo histórico. Essa teoria das práticas político-econômicas instituiu novos padrões, necessidades e paradigmas sobre as vidas das pessoas em todo o mundo^{1,2}. Portanto, com implicações diretas em suas atividades humanas e seus cotidianos.

[o neoliberalismo] propõe que o bem-estar humano pode ser bem mais promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é de criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro” (p.12)².

Para Harvey² (p.27) trata-se de um “projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas”.

O capital tem se apropriado da especialização flexível como forma de acumulação, o que resulta em diversas consequências, dentre elas os baixos salários, crescente insegurança, ausências, perdas de benefícios e de proteção ao trabalho. Tais situações são deflagradas em todos os Estados que adotaram o neoliberalismo, acrescenta-se ainda, o controle e de um grau elevado de exploração do trabalho, com diferentes intensidades ao redor do globo².

De acordo com Castel³, as condições de trabalho vigentes, produzem e reproduzem a precarização. É neste cenário que o trabalhador se encontra vulnerável. O que é ofertado ao trabalhador não lhe dá acesso ao mínimo necessário para se viver dignamente, logo, este sujeito habita lugares precários, tem péssimas condições de acesso à saúde, pouco acesso aos espaços de cultura, entre outros, ou seja, a precarização também se reflete na falta de acesso e garantia dos direitos sociais e humanos³.

Para Antunes⁴ o mundo contemporâneo tem produzido a significativa ampliação de seu funcionamento, no qual a *nova morfologia do trabalho* é emblemática, pois abrange “distintos *modos de ser* da informalidade, ampliando o universo do *trabalho invisibilizado* e potencializando novos mecanismos geradores de *valor*”, a partir de novos e velhos mecanismos de exploração (p.14-15 *grifos do autor*)⁴.

Ressalta-se que o trabalho permanece como

referência central à vida não apenas na dimensão econômica, mas psicológica, cultural e simbólica. Este debate reflete a própria reconstrução da atividade humana no mundo reconhecida inclusive como atividade vital^{3,5,6}.

Os efeitos deletérios do neoliberalismo estão associados por redução de recursos pessoais advinda do trabalho, sua responsabilização individual pelo seu bem-estar e o enfraquecimento do Estado na responsabilização das políticas sociais, produzindo crescentes camadas populacionais empobrecidas e desassistidas². Como resultado temos a ampliação de forma praticamente irreversível das desigualdades mundiais, “para o neoliberalismo, a exclusão é um componente de modernização encarregada ao mercado” (p.23)⁷.

As condições de trabalho sobre as quais as pessoas estão submetidas se tornaram elementos de vulnerabilidade social e produzem indiferença, é na “reengenharia das instituições, em que as pessoas são tratadas como descartáveis. Essas práticas, óbvia e brutalmente, reduzem o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros” (p.168)⁸.

Dardot e Laval¹ refletem sobre as relações disciplinares e de controle como dispositivos financeiros e sociais, resultando em uma ‘racionalidade neoliberal’ fundante que organiza toda a estrutura social, conquistando os sujeitos através do desejo de consumo e reprodução comportamental como única integridade possível.

Assim, geram sujeitos totalmente hábeis a tolerar as condições que lhes são conferidas, ao mesmo tempo em que os utiliza para reforçar essas condições, mas cada vez mais severas de competição e individualidade. O indivíduo se adequa a imagem de eficácia, aperfeiçoamento, flexibilidade, especialização como empreendedor e governo de si mesmo, para conseguir sobreviver a competição¹.

A América Latina, e em especial o Brasil, passou pelo processo de neoliberalização nos anos 1980, conhecido como “década perdida” de estagnação econômica e perturbação política (p.98)¹.

Dagnino⁹ apresenta este período como “confluência perversa” pois, deriva da crise discursiva da qual de um lado o projeto neoliberal se instala na América Latina e impõe um “Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” (p.142)⁹. De outro, “um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático”. Trata-se, portanto, de “uma disputa político-cultural entre distintos desenhos de sociedade e os respectivos setores sociais neles

empenhados” (p.160)⁹.

É possível afirmar que a crise discursiva ou seja, duas interpretações conflitantes entre si, foram atualizadas e acirradas em relação as suas disputas de poder e disparidades ideológicas⁹. O processo de redemocratização e crescimento econômico brasileiro culminou em novas crises políticas, econômicas e, sobretudo, discursivas. Neste contexto, as políticas sociais têm papel central, de um lado sendo constantemente reduzidas, extintas, reguladas por mecanismos público-privados, subfinanciadas e culpabilizadas pelos gastos excessivos do Estado, por outro lado, como mecanismos de luta e reivindicações populares, assegurando direitos sociais para minimizar os efeitos deletérios neoliberais.

A cultura é pouco considerada e defendida como política social, em meio essa disputa discursiva, apesar de assegurada pelo artigo 215º da Constituição Brasileira de 1988, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”¹⁰.

O processo histórico das políticas culturais no país foi marcado pelas ausências, autoritarismos, instabilidades e deslocamentos¹¹, que só alcançaram um promissor patamar nas gestões dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira (2003-2010), mas necessitam de financiamento para serem de fato executadas. Neste campo de disputa temos a *Economia Criativa* como discurso para estabelecer a relação entre desenvolvimento, trabalho e cultura.

Economia Criativa: desenvolvimento, trabalho e cultura

No Brasil, em 2004, surge a discussão das Indústrias Criativas e Economia Criativa, para o desenvolvimento econômico sustentável, gerando empregos e inclusão social, demonstrado pelo crescimento médio anual nos setores criativos de 6,13% correspondente a um aumento de 4,3% do Produto Interno Bruto¹².

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento em 2004 corroborou com essa perspectiva e serviu de referência para a construção da pauta da Economia Criativa no Brasil, incentivando a criação de programas e atividades que envolvam a implementação de setores criativos com vistas ao desenvolvimento^{13,14}.

Discurso refletido no artigo 1º do Plano Nacional de Cultura (Lei Nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010) “desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais”¹⁵.

Em 2011, o Ministério da Cultura ratificou a

Economia Criativa pautada em diretrizes, políticas e ações, cujos pilares são a inclusão, a inovação, a diversidade e a sustentabilidade, compreendida como importante estratégia para o desenvolvimento humano e social ao utilizar-se da criatividade individual¹⁶.

Uma das atividades centrais nesse debate é o trabalho da/na cultura, afinal a centralidade do trabalho está no modo de produção capitalista. Contudo, no campo da cultura temos: i) a urgente e reconhecida demanda por financiamento, sobretudo público, ii) o trabalho informal como prioritário, iii) a busca pela profissionalização, iv) a sobrecarga dos trabalhadores culturais que precisam compor desde a atividade técnica às demandas políticas de gestão e financiamento, iv) uma gama de atividades secundárias que são contabilizadas em outros ramos da economia e v) as artes como as expressões fundamentais conceituais alicerçadas pelas políticas neste campo que acabam restringindo as relações econômicas da cultura^{15,17}.

Neste contexto, a profissionalização no campo da cultura tem tido papel importante nos debates e demandas, de modo a ampliar as possibilidades, além de proporcionar formas de enfrentamento dessa lógica de mercado muitas vezes alienantes para permitir que o sujeito se torne “agenciador de suas próprias habilidades singulares, adquiridas de suas próprias experiências e relação com o mundo” (p.24)¹⁸.

A profissionalização no campo das artes e da cultura e a perspectiva da Economia Criativa apresentam debates sobre a fruição, a participação e o consumo cultural. Assim, a criatividade e os processos de criação têm ganhado novos discursos e a profissionalização da criatividade, sobretudo para juventude, tem sido foco desse debate. “Isto se deve ao fato de esses processos estarem sendo explorados sob a ótica da possibilidade de geração de renda através de práticas profissionalizantes que regulam esta profissionalização criativa”¹⁴ (p.15).

Assim, a profissionalização da criatividade vem se afirmando como processo de trabalho no campo da cultura em comunhão aos preceitos neoliberais como relacionados ao empreendedorismo, a individualização, a meritocracia e as estratégias de gestão, mercado e negócios. Por outro lado, tem sido compreendida em composição com a arte e a cultura de maneira que possibilite que o sujeito utilize sua potência como processo de criação, autonomia e efetivação de desejos¹⁸.

Considerando essa contextualização, o presente artigo tem como finalidade apresentar os resultados de um programa integrado de ensino, pesquisa e extensão universitária de Terapia Ocupacional no campo da Cultura, na correlação com a Economia Criativa. O objetivo central

do programa Arte, Cultura, Juventude e Empreendimentos Criativos foi compreender os processos de profissionalização da criatividade de jovens trabalhadores da cultura.

Ressalta-se que terapia ocupacional na intersecção com campo da cultura, tem construído práticas e conhecimentos a partir dos pressupostos e conceitos que pautam as políticas culturais da cidadania, direito, acesso e diversidade cultural^{14,19}.

A terapia ocupacional pode contribuir com as demandas e reflexões na cultura e sua interface com a Economia Criativa, por ser considerada “um campo de intervenções implicado nas dimensões econômicas e sociais da vida quotidiana” que contribui para a reflexão frente a situações de precariedades socioeconômicas e se propõe a mediar relações de produção de bens e de valores, junto às capacidades produtivas das populações estando apta e intimamente envolvida com o que se refere ao mundo do trabalho (p.19)²⁰.

Procedimentos metodológicos

O programa Arte, Cultura, Juventude e Empreendimentos Criativos foi realizado pelo Laboratório e Grupo de Pesquisa Atividades Humanas e Terapia Ocupacional – AHTO da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, entre os anos de 2013 e 2015, envolvendo estudantes de graduação e pós-graduação em terapia ocupacional e de outros cursos de graduação, com apoio financeiro da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos e do Programa de Extensão Universitária - ProExt do Ministério da Educação.

Os procedimentos metodológicos foram organizados em três etapas: 1) Mapeamento de jovens artistas trabalhadores da cultura, entrevistas, transcrições e análises dos dados; 2) Formação e Capacitação das demandas apresentadas pelos jovens trabalhadores da cultura e 3) Criação e apoio de um grupo de empreendimento criativo e avaliação do processo. Os dados que serão apresentados têm o foco nas entrevistas e acompanhamentos realizados durante a primeira etapa, outros dados qualitativos podem ser acessados em Silva et al.¹⁴.

Os participantes da pesquisa foram jovens artistas com idade entre 15 e 29 anos de acordo com o Estatuto da Juventude²¹, residentes e atuantes na cidade de São Carlos - SP. O roteiro de entrevista contemplou o perfil pessoal, equipe e cotidiano do trabalho, desafios, potências e estratégias adotadas no trabalho com a cultura. O programa de forma geral fomentou o debate sobre Economia Criativa, profissionalização de criatividade, trabalho, arte e cultura na universidade e na comunidade participante, através de

atividades de formação abertas ao público interessado.

Resultados: diálogos com jovens trabalhadores da cultura

A partir das entrevistas e acompanhamentos dos grupos e jovens artistas foi possível encontrar semelhanças nas demandas dos trabalhadores independente das expressões artísticas que desenvolviam, assim como fragilidades e invisibilidades, tais como: trabalho como sobrevivência X profissionalização na cultura; mercantilização e consumo da produção em cultura; trabalho autônomo, precarizado e competitivo. As categorias de estratégias e resistência elencadas foram: potência da criação e sublimação da vida pela arte; atuação em coletivos, redes e movimentos culturais; trabalho na cultura como modos de vida, atividade significativa e promoção de princípios como diversidade, inclusão, sustentabilidade e crítica social e política.

No presente trabalho apresentamos três relatos de jovens trabalhadores da cultura - teatro, música (*hip hop*) e circo - seus desafios e suas potencialidades, como ilustrações da relação entre a racionalidade neoliberal, o trabalho e a cultura.

Grupo de Teatro e o financiamento da cultura

Os jovens trabalhadores da cultura, participantes de grupos de teatro, apresentaram grande interesse na profissionalização da criatividade na busca por melhores condições técnicas e especializadas para poderem sobreviver da própria arte. Afirmaram que o trabalho com a cultura oferecia a possibilidade de promover transformação social, realização pessoal e sublimação da vida, apesar das dificuldades de financiamento.

A seguir, apresentamos o relato de um jovem trabalhador da cultura, ator e diretor de grupo de teatro formado por sete integrantes jovens (cinco mulheres e dois homens), com média de 24 anos. A formação inicial deste grupo ocorreu em 2001 e desde então o grupo revela-se atuante no cenário cultural local. Em 2015, durante a coleta dos dados, o grupo havia sido contemplado pelo Edital Programa de Ação Cultural - PROAC^a que possibilitou a produção de uma peça e suas exposições na cidade e região.

* O PROAC promove o incentivo através das modalidades Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e Editais, estimulando a ampliação e a diversificação da produção artística, a criação de novos espaços, a preservação do patrimônio histórico e o aumento das formas de circulação de bens culturais no Estado de São Paulo.

O jovem diretor do grupo relata como pontos positivos: a credibilidade do financiamento e a possibilidade de criação e produção do espetáculo teatral. Contudo, como aspectos negativos afirma a dificuldade do sistema de financiamento à cultura, que vive em meio a uma crise não apenas monetária, mas ideológica, a dificuldade de diálogo entre os gestores das políticas culturais de financiamento e os artistas, a cultura do paternalismo, o corte significativo de verbas e ainda, os produtores culturais se encontram marginalizados em meio à disputa política e o desinteresse do Estado de promover políticas culturais.

Para este jovem fica claro o enfraquecimento e a desarticulação do setor cultura sendo que um dos elementos centrais está nas formas de financiamento que na maioria das vezes estão atreladas as associações público-privado da lógica neoliberal.

“O sistema de financiamento à cultura enfrenta uma crise financeira e ideológica. Não se consegue estabelecer um diálogo com a classe artística e chegar em políticas públicas de financiamento que contemplem um mínimo de projetos culturais” (Jovem diretor do Grupo de Teatro).

O jovem diretor também ressalta que o setor cultural depende ainda da “boa vontade”, do “desejo/interesses” e da “troca de favores” de grande parte dos gestores municipais. Fato que demonstra a dificuldade da profissionalização do setor, da incoerência como é tratada a política e os processos de seleção e, portanto, de exclusão de artistas e produtores culturais que não compactuam com essa lógica.

“[As ações artísticas se encontram] amarradas ao gosto cultural dos gestores, fazendo valer a cultura do paternalismo, onde raras iniciativas se dão através do diálogo com a classe artística” (Jovem diretor do Grupo de Teatro).

“No meio do furacão, das disputas políticas por poder, no jogo das cadeiras de cargos políticos, estamos nós, produtores culturais, marginalizados. Somos considerados uma ameaça aos governantes, pois eles são conscientes do poder que temos, por isso, não seremos empoderados com políticas públicas que podem nos fortalecer enquanto classe artística” (Jovem diretor do Grupo de Teatro).

O entrevistado reconhece a importância da premiação e investimento público, contudo, desabafa que dificilmente consegue de fato custear todas as atividades envolvidas na produção cultural. Ele reforça que os financiamentos são pontuais, pois se trata da execução de um único projeto por edital, os quais são insuficientes, dependem da execução

anual do investimento público em cultura, além das exigências e dificuldades burocráticas que limitam grande parte dos grupos teatrais a participarem destes processos, sobretudo aqueles que estão fora do circuito das grandes cidades e mídias.

Outra reflexão feita pelo artista aponta sobre a contradição do trabalho na cultura que pretende promover transformação social pela arte, mas a escassez de investimentos e infraestrutura dificulta e muitas vezes impede um trabalho contínuo que possa agregar outros públicos, sobretudo aqueles que estão mais distantes do acesso à cultura.

A rapper e o Movimento Social

Os artistas trabalhadores da cultura na expressão musical, em sua maioria relataram produzir música como uma forma de lazer, para além do trabalho, visto que apresentam dificuldades deste campo, inclusive de reconhecimento de seu estilo musical como arte, por exemplo no caso do *hip hop*.

Diante da dificuldade de sobreviver com o trabalho musical, esses jovens artistas se dividem em jornadas duplas, nas quais aliam a música com outras formas de geração de renda, fato observado em todas as expressões artísticas.

Algumas estratégias contrárias à indústria cultural e à lógica empresarial também foram relatadas pelos jovens, como por exemplo um grupo de música experimental cuja produção é realizada a partir de instrumentos sonoros artesanais e o *hip hop*;

“Já dentro do hip hop, a caminhada de grande parte dos jovens artistas permeia o meio underground, sendo muito valorizado os “corres independentes” (Jovem artista do *hip hop*).

A *rapper*, de 23 anos, conta que seu contato inicial com o *hip hop* foi por meio do *break* por volta dos seus 13 anos, suas principais atividades giram em torno dos shows, oficinas de *rap* que geralmente eram desenvolvidas em sua própria casa, da qual formaram-se outros grupos de *rap*, além de seu envolvimento com a Frente Nacional de Mulheres do *Hip Hop*, da Frente do Interior e da Rede de Casas do *Hip Hop*, são consideradas como parte de seu trabalho.

A entrevistada não se classifica como artista, mas como transformadora social. Sua meta é lançar alguns vídeos para divulgar suas ideias, como trazer a vivência da mulher para suas letras, fortalecendo a luta e empoderando-as.

“A gente é transformador social. Porque o que a gente faz

com a música vai refletir na vivência e na vida de outras pessoas. É o que a gente conversa muito aqui, que eu não escrevo uma música para você que é rapper, eu escrevo (por exemplo) para sua mãe que está lavando louça e que vai tá ouvindo enquanto você tá ouvindo também. E é mais ou menos isso [...] a minha ideia mesmo é de transformação social” (Jovem rapper).

A motivação e o envolvimento dos artistas atuantes no Movimento *Hip Hop* associam de forma amalgamadas suas relações entre a arte, a produção cultural e a transformação social, são atividades inter-relacionadas que produzem o sentido e o significado de sua expressão artística em sua realidade social. Esta relação torna-se ainda mais significativa, pois aglutina a experiência artística em torno de uma coletividade que agencia um movimento social à uma cultura reconhecidamente marginal.

A *rapper* relata que nunca obteve nenhum apoio financeiro oficial em sua caminhada, apenas parcerias e trocas. Esta se mantém com empregos informais e o cachê que recebe com os shows que realiza, afirma que não deseja ficar rica, mas que gostaria de poder ter o básico e ver o retorno do esforço e dedicação ao *rap*.

“Eu não tenho a ideia de ficar rica com isso, a ideia minha é ter o básico para me manter no mês, ajudar na minha casa [...] A gente faz, se dedica para aquilo e tem resultado assim em forma material, em dinheiro no caso [...] querendo ou não a gente vive num sistema capitalista e pra gente comprar um arroz a gente tem que ter dinheiro, pra gente se vestir, a gente tem que ter dinheiro...” (Jovem rapper).

A jovem artista tem utilizado estratégias que incluem ensaios, escrita e as tarefas que um profissional autônomo e informal na cultura demanda, ou seja, deve realizar sua própria produção e gestão cultural, desde produzir a letra da música, como trabalhar em sua divulgação, promoção, gestão financeira, administrativa e comercial para criar, lançar e vender seus produtos. Todas as ações e estratégias criadas por ela vem de sua própria experiência, transitando pela informalidade.

“Respeita tio, as mina tão nos corre/ Respeita tio, guerreira nunca morre/ Respeita tio, que o nosso som é forte/ União feminina aqui não aceita os corte” (Criação da Jovem Artista)

A questão de gênero também foi mencionada pela jovem participante como um ponto fundamental de reflexão, pois interferiu em todo processo de trabalho

dificultando o desenvolvimento no Movimento *Hip Hop*** onde ainda predomina uma cultura machista que exclui, intimida, silencia e desacredita as mulheres que compõem, reproduzindo ações do sistema opressor contra as quais tanto lutam por desconstruir.

“Mas a nossa ideia é de empoderamento das mulheres, de mostrar a luta das mulheres, é de pautar mesmo [...] a ideia não é dividir, a ideia é se empoderar [...] poder lutar pelas nossas causas que muitas vezes foram esquecidas, porque a gente vê os caras falando de diversas coisas que afetam o mundo masculino, que também afetam o nosso mundo (...) Mas a ideia nossa mesmo [...] de mostrar para as mulheres dos outros estados (...) que tem uma cena que existe” (Jovem rapper).

Mesmo o *Hip Hop* sendo um espaço de denúncia das desigualdades e opressões vividas pelos jovens, em especial periféricos, a *rapper* evidencia o machismo presente no movimento e refletido em algumas produções artísticas, assim ressalta a importância de mulheres também representarem e exporem problemas e vivências pertinentes a seus cotidianos que incluem suas relações de trabalho.

Artistas circenses na corda bamba

Os jovens artistas circenses participantes predominantemente apresentaram estratégias de sobrevivência baseada na lógica empresarial, fortalecendo competitividade e disputa de mercado entre os grupos, com exceção dos artistas que trabalham na rua.

Destaca-se que alguns jovens artistas elaboraram propostas resistindo às suas dificuldades, surgindo como uma tentativa de fortalecimento e empoderamento da categoria dos profissionais das artes circenses, como a criação de uma associação, fortalecimento da rede de artistas e a realização de treinos e outras atividades colaborativas e coletivas.

As estratégias desenvolvidas envolvem maior coletividade para sanar problemas comuns aos jovens artistas e rompem com os pressupostos da competição e meritocracia que são pilares da racionalidade neoliberal.

A jovem artista circense é integrante de uma trupe especializada em aéreos***, que realiza trabalhos nesta expressão desde 2009, composto por três mulheres, o grupo realiza parceria com outros artistas da cidade.

**Dos 16 grupos entrevistados, totalizou-se uma quantidade de 44 participantes ativos em pelo menos um dos elementos do *Hip Hop*. Desses participantes, apenas duas eram mulheres, correspondendo a 4,5% do total.
***Trata-se de atividades de suspensão do corpo, acrobacias aéreas, tecidos acrobáticos entre outros.

Ela enfatiza a ausência ou o precário investimento público em ofertar locais adequados para treinos. Devido ao baixo financiamento, grande parte dos jovens “necessitam exercer outros tipos de trabalhos para sua sobrevivência que na maioria possuem elementos precarizantes como falta de carteira assinada, longas jornadas de trabalhos, baixos salários, *freelancer*, etc”, podendo levar ao abandonando da prática da atividade artística²² (p.273).

Nas atividades circenses é frequente o uso do trabalho nos semáforos e praças como estratégias para que artistas consigam algum retorno monetário, ainda que informal. A busca por estratégias não impede a realização de outros trabalhos artísticos distintos para geração de renda. Porém, observa-se os riscos existentes nessas atividades, tais como: instabilidade financeira, “trânsito de veículos, violência urbana e aqueles decorrentes da própria atividade tal como os números de pirofagia, que para além da periculosidade do fogo decorre a utilização de substâncias danosas à saúde”²² (p.273).

“[o] governo não dá subsídio para grupos, é só através de editais e infelizmente os editais hoje são sempre ganhos pelas mesmas pessoas... falta um feedback do governo para os proponentes, com pontuações sobre as falhas, porque a gente manda os projetos e não é informado sobre onde deve melhorar, quais erros, buscando a melhoria mesmo do grupo, porque a gente sabe que tem muita coisa pra melhorar mesmo e eu sinto esta falta principalmente das instituições que lançam os editais de dar um feedback mesmo e acho que isso devia fazer parte do edital. Porque eu sei que eles recebem esses projetos, mas como eles são lidos e avaliados não nos é informado” (Jovem artista circense).

Uma das estratégias apresentadas tem sido trabalhar com formação, por meio de aulas, oficinas e similares; contudo, como ressalta a jovem artista, que se pudesse não daria aulas, investiria somente em seus treinos e apresentações, mas necessita realizar este trabalho para se manter na área artística, para sobreviver e financiar as próprias práticas.

Último Ato

A partir dos relatos apresentados, podemos verificar que o trabalho de jovens artistas está submetido à completa flexibilização, individualização e mercadorização da cultura incorporadas pela racionalidade neoliberal¹. Mesmo quando o investimento ocorre com financiamento público, a lógica presente não prioriza a cultura como direito. Seria possível então a Economia Criativa humanizar os processos

econômicos, buscando associar a relação entre a geração de renda e a cultura promovendo sentido para os trabalhadores da cultura?

Temos que esta política cultural parte do contraditório, pois incentiva e amplia a exploração do mercado da cultura em suas dimensões, a partir das produções e processos culturais que devem ser considerados como recursos tangíveis e intangíveis da sociedade. Contudo, o trabalho na cultura como estabelecido, inclusive como política pública, não se opõe às lógicas hegemônicas de produção e consumo.

Assim, o desafio está em como ampliar as possibilidades da exploração mercadológica da cultura de diversidades materiais e imateriais, por meio de formas sustentáveis financeiras e ecológicas, que possam respaldar a preservação, a tradição e conter a apropriação indevida de culturas. Ao mesmo tempo, que as formas hegemônicas necessariamente produzem a exploração, flexibilização e individualização do trabalho, distorção dos processos de valorização dos bens culturais e inversão dos sentidos da arte e da cultura como produtos culturais a serem consumidos a depender do capital e do mercado.

As disputas políticas e as instabilidades geradas pela racionalidade neoliberal em que estamos submetidos e reproduzimos geram muitas tensões, fazendo com que grupos de jovens artistas, para poderem realizar suas ações, busquem incessantemente o sentido no trabalho, a partir da essência que o mobiliza, resistindo e por vezes retroalimentando a lógica de manutenção do *status quo* neoliberal.

As experiências dos jovens artistas nos levam a refletir sobre a necessidade de políticas culturais integradas, a considerando como direito e sobre a própria condição de ser, estar e produzir. Diz também sobre as possibilidades de circulação, direito ao acesso e fruição ao que é produzido, e sua própria produção e participação na construção, elaboração e implementação das políticas.

Os relatos de jovens demonstram que a disputa discursiva da Economia Criativa e da profissionalização da criatividade estão presentes e influenciam diretamente suas práticas profissionais, como também sociais e à vida, ou seja, em todas as dimensões reflexivas e de interpretação do trabalho que desenvolvem. Sejam nos discursos que fomentam as políticas ou na relação de enfrentamento de como criam estratégias para suas demandas e dificuldades no campo da cultura.

Vimos, portanto, que apesar das restrições no que se refere ao retorno financeiro, o trabalho com as artes e a cultura se justifica pelo desejo ideário de disseminar a expressão humana diversa e potente, a partir de uma satisfação pessoal, mas também como forma de produzir

bens materiais e imateriais que possam proporcionar para a sociedade outras estéticas, reflexões, realidades e, quiçá, transformação social.

O terapeuta ocupacional pode contribuir neste campo, a partir da interpretação das demandas de sujeitos e coletivos, problematizando a situação e seu contexto para promover projetos de vida, envolvendo um processo constante de resistência na defesa da ampliação dos direitos sociais e humanos no qual a cultura integra.

Quando a terapia ocupacional considera as questões singulares e plurais, as necessidades, os desejos e as potências de sujeitos coletivos, suas atividades humanas e sua produção no/do mundo, a intersecção entre trabalho e

da cultura por persistirem e resistirem.

Contribuição dos autores: *Carla Regina Silva* organizou a estrutura e a orientação do trabalho e fez a revisão do manuscrito. Todos os autores contribuíram com as análises apontadas e construção textual e são responsáveis pelo manuscrito.

Fonte de Financiamento: Programa de Extensão Universitária PROEXT SESU MEC (2013-2014).

REFERÊNCIAS

1. Dardot P, Laval C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo; 2016.
2. Harvey D. O neoliberalismo: história e implicações. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola; 2008.
3. Castel R. As metamorfoses da questão social. São Paulo: EDUC; 2008.
4. Antunes R, Alves G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Rev Educ Soc. 2004;25(87):335-51. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>.
5. Marx K. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo; 2004.
6. Antunes R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: Antunes R. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo; 2013. p.13-28.
7. Canclini NG. Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. In: Canclini N, Sampaio H, Braga CL, Ochoa AM, Fita JP, Martinell A, et al. Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil; 2003. p.21-38. <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf>.
8. Sennett R. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 140a ed. Rio de Janeiro: Record; 2009.
9. Dagnino E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. Política Soc. 2004;5(10):139-64. <https://doi.org/10.5007/%25x>
10. Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.
11. Rubim AAC. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. Rev Galáxia. 2007;13(1):101-13. <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469/934>.
12. Brasil. Portal Governo do Brasil. Cultura é ferramenta para incentivar desenvolvimento econômico. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/cultura-e-ferramenta-para-incentivar-desenvolvimento-economico>.
13. United Nations Development Programme (UNDP), United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Creative economy report: widening local development pathways. New York: United Nations/UNDP/UNESCO; 2013. Available from: <http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf>.
14. Silva CR, Cardinalli I, Silvestrini MS, Farias AZ, Teixeira DI, Almeida Prado ACS, et al. Juventude, cultura e profissionalização da criatividade. Cad Ter Ocup UFSCar. 2016;24(1):13-24. <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0680>.
15. Brasil. Ministério da Cultura. Plano Nacional da Cultura: metas do Plano Nacional da Cultura. Brasília; 2010. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>.
16. Brasil. Ministério da Cultura. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014. Brasília; 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf->

- 2a29be1dd071.
17. Botelho I. Dimensões da cultura e políticas públicas. Rev São Paulo Pers. 2001;15(2):73-83. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>.
 18. Almeida MI, Pais JM. Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2012.
 19. Dorneles PS, Lopes RE. Cidadania e diversidade cultural na pauta das políticas culturais. Cad Ter Ocup UFSCar. 2016;24(1):173-83. <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoARF0669>.
 20. Ghirardi MIG. Terapia Ocupacional em processos econômico-sociais. Cad Ter Ocup UFSCar. 2012;20(1):17-20. <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/cto.2012.002>.
 21. Brasil. Lei 12.852; institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília; 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm.
 22. Silva CR, Cardinalli I, Silvestrini MS, Farias AZ, Almeida Prado ACS, Mancini MALT. Cultura e profissionalização da criatividade para juventude. In: Anais do II Encontro Nacional de Políticas Públicas. Araraquara; 2016. p.705-32.

Recebido em: 19.01.18
Aprovado em: 08.10.18

